

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONGLOMERADO PRUDENCIAL LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014						
(Valores expressos em Reais)						
ATIVO	Nota	Consolidado		Nota	Consolidado	
		2015	2014		2015	2014
<b>CIRCULANTE</b>		<b>496.785</b>	<b>431.072</b>		<b>476.673</b>	<b>337.453</b>
Disponibilidades		139	103		456.768	323.222
Aplicações interfinanceiras de liquidez		43.593	66.559		757	1.566
Aplicações no mercado aberto	4	43.593	66.559	10	1.863	2.344
Títulos e valores mobiliários		589	-	10	454.348	319.312
Carteira própria	5	2.072	2.786		207	98
Relações interfinanceiras		507	-		207	98
Pagamentos e recebimentos a liquidar		1.565	2.456		19.698	14.133
Créditos vinculados - depósitos no Banco Central do Brasil		434.179	356.030		360	238
Operações de crédito		453.247	372.698		1.009	670
Setor privado	6	3.400	494	11.1	9.739	8.613
Créditos cedidos	6	(22.528)	(17.173)	11.2	8.590	4.612
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	7	15.948	5.450			
Outros créditos		15.948	5.450			
Diversos	8	267	155			
Outros valores e bens		255	143			
Despesas antecipadas		12	12			
Bens não de uso próprio		346.622	311.155			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		758	84			
Aplicações interfinanceiras de liquidez		758	84			
Aplicações no mercado aberto	4	-	526			
Títulos e valores mobiliários		-	526			
Carteira própria	5	-	526			
Operações de crédito		318.606	280.839			
Setor privado	6	323.283	287.019			
Créditos cedidos	6	3.731	321			
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	7	(8.408)	(6.501)			
Outros créditos		27.258	29.706			
Diversos	8	27.258	29.706			
PERMANENTE		2.766	2.131			
Investimentos		1.508	708			
Participações em controladas:						
No país	9	1.508	708			
Imobilizado de uso		986	1.107			
Outras imobilizações de uso		2.976	2.834			
(Depreciações acumuladas)		(1.990)	(1.727)			
Intangível		272	316			
Gastos de aquisição e desenvolvimento de locais		1.075	1.011			
(Amortizações acumuladas)		(803)	(695)			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>846.173</b>	<b>744.358</b>		<b>846.173</b>	<b>744.358</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONGLOMERADO PRUDENCIAL PARA OS SEMESTRES FINOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014						
(Valores expressos em reais)						
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	Nota	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Legal	Capital de Giro		
Aumento do Capital Social	12.1	78.000	3.272	19.536	-	100.808
Lucro líquido do semestre		-	-	(12.000)	-	8.043
Destinações:						8.043
Reserva legal		-	402	-	(402)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015		90.000	3.674	7.536	7.641	108.851
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		70.000	2.311	14.498	-	86.809
Aumento do Capital Social	12.1	8.000	-	(8.000)	-	-
Lucro líquido do semestre		-	-	-	5.918	5.918
Destinações:						-
Reserva legal		-	296	-	(296)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014		78.000	2.607	6.498	5.622	92.727

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONGLOMERADO PRUDENCIAL PARA OS SEMESTRES FINOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E DE 2014**  
 (Em milhares de Reais)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**  
 O Banco A. J. Renner S.A. ("Banco") atua sob a forma de banco múltiplo, autorizado a operar nos termos da Resolução nº. 1.524 do Conselho Monetário Nacional.  
 O Banco é uma sociedade por ações de capital fechado cujo controle é exercido pela Renner Participações S.A. A sede social está localizada na Av. Carlos Gomes, 300, 13º andar, Porto Alegre/RS. A Cristal Administradora de Cartões de Crédito Ltda. ("Cristal"), sociedade limitada, conforme a Lei 10.406/2002 (Código Civil) foi constituída em 31 de julho de 2013.  
 A Cristal tem como atividade operacional a gestão e administração de cartões de crédito e de débito e cujo controle é exercido pelo Banco A. J. Renner S.A. A sede social está localizada na Av. Carlos Gomes, 300, 13º andar, Porto Alegre/RS.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
 Em 31 de outubro de 2013, o Conselho Monetário Nacional (CMN) emitiu a Resolução nº. 4.280, requerendo que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), devem elaborar e apresentar as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, incluindo os dados relativos às entidades sobre as quais a instituição detenha controle direto ou indireto, localizadas no país ou no exterior, considerando-se as características definidas no referido normativo.  
 Em 13 de março de 2014, o Banco Central do Brasil emitiu a Circular nº. 3.701, que determinou critérios para a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial a serem emitidas com o propósito específico de atender a Resolução CMN nº. 4.280/13.  
 Essas novas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial têm finalidade específica de atender as demonstrações do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil e não se confundem com as demonstrações financeiras consolidadas para fins gerais, as quais são objeto de outros normativos do CMN e do BACEN.  
 As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial incluem as informações oriundas das seguintes demonstrações financeiras:  
 • Banco A. J. Renner S.A. ("Banco") e  
 • Cristal Administradora de Cartões de Crédito Ltda. ("Cristal")  
 Os saldos das contas patrimoniais ativas e passivas e os resultados oriundos das transações entre as instituições foram eliminados. Essas demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial excluem demonstrações de determinadas entidades qualificadas como partes relacionadas, de forma diferente das demonstrações financeiras consolidadas para fins gerais requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, as quais foram publicadas no jornal Diário Oficial da Indústria e Comércio na edição de 04 de março de 2015.  
 As entidades Renner Promotora de Vendas e Serviços Ltda. e Cristal Promotora de Vendas e Serviços Ltda., controladas direta ou indiretamente, não foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, por não atenderem às especificações mencionadas no artigo 1º da Resolução CMN nº. 4.280/13.  
**Estimativas e julgamentos críticos**  
 Na aplicação das práticas contábeis do Conglomerado descritas na nota explicativa nº. 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.  
 As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.  
 As principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no final de cada exercício, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo período estão relacionadas a provisão para créditos de liquidação duvidosa, realização de imposto de renda e contribuição social diferidos e provisões para riscos trabalhistas e civis.  
 Em 24/08/2015 a Diretoria autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras do Conglomerado Prudencial para o semestre findo em 30/06/2015.

**3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOADAS**  
 3.1. As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência mensal.  
 3.2. As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.  
 3.3. Os títulos e valores mobiliários estão registrados pelos seus valores de custo acrescidos de seus rendimentos *pro rata temporis*.  
 3.4. As operações de crédito, depósitos interfinanceiros e depósitos a prazo, prefixados estão atualizados e demonstrados pelo valor do principal, acrescido dos rendimentos/encargos decorridos até a data dos balanços patrimoniais, e os depósitos a prazo, pós-fixados, são atualizados *pro rata temporis*, pelo método linear, as demais rendas de operações ativas e as despesas sobre as operações passivas são apropriadas *pro rata temporis*, mediante a utilização do método exponencial.  
 A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com os critérios de classificação das operações de crédito com base na Resolução nº. 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional e legislação complementar. O montante constituído é suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos créditos julgados de difícil liquidação.  
 3.5. De acordo com a Resolução CMN nº. 3.533/08 e alterações posteriores, o registro contábil da baixa do ativo financeiro está relacionado à retenção substancial dos riscos e benefícios na operação de venda ou transferência, de acordo com as seguintes categorias:  
 i) operações com transferência substancial dos riscos e benefícios;  
 ii) operações com retenção substancial dos riscos e benefícios;  
 iii) operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios.  
 As operações de venda ou de transferência de ativos financeiros com retenção substancial dos riscos e benefícios permanecem no balanço da entidade que transferiu seus ativos. Os valores recebidos na operação são registrados no ativo com contrapartida no passivo referente à obrigação assumida. As receitas e despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do exercício pelo prazo remanescente da operação.  
 3.6. O investimento em controladas é avaliado pelo método de equivalência patrimonial. Os outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, reduzido por provisão para perdas, quando aplicável.  
 3.7. O imobilizado é registrado ao custo de aquisição e está sujeito à avaliação do valor recuperável periodicamente e/ou sempre que as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil estimada do bem considerando as taxas mínimas anuais definidas pelo Banco Central do Brasil, conforme: 10% para móveis e utensílios e máquinas e equipamentos de uso e 20% para veículos e sistema de processamento de dados.  
 3.8. O intangível está registrado ao custo de aquisição e está sujeito à avaliação do valor recuperável periodicamente e/ou sempre que as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. A amortização é calculada pelo método linear, com base no prazo de 5 anos.  
 3.9. A provisão para imposto de renda é registrada pelo regime de competência e foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10% sobre o lucro excedente a R\$ 240 anuais; e a provisão para contribuição social à alíquota de 15%, calculada e contabilizada antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação fiscal.  
 3.10. O Banco reconhece provisões com processos cuja perda, avaliada por seus assessores legais, é provável. Esse reconhecimento ocorre através da utilização de modelos e critérios que permitam uma melhor estimativa de defecho possível, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e valor.  
 3.11. Caixa e Equivalentes de Caixa são representados por disponibilidades e aplicações financeiras de liquidez, com prazo de resgate até 90 dias da data da aplicação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos até as datas de encerramento do exercício, e possuem vencimentos inferiores a 90 dias ou sem prazos fixos para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.  
 3.12. O Lucro por ação é calculado com base na quantidade de ações em circulação do capital integralizado na data do balanço.  
**4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**  
 As operações compromissadas (posição Bancada - vendas a liquidar) são realizadas com acordos de livre movimentação e atualizadas pela taxa SELIC.  
 As aplicações em depósitos interfinanceiros são realizadas com prazos pré-determinados sem livre movimentação, remunerados em média em 100% da taxa CDI e, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO CONGLOMERADO PRUDENCIAL PARA OS SEMESTRES FINOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014			
(Valores expressos em reais)			
	Nota	Consolidado	
		2015	2014
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO</b>			
FINANCEIRA		105.271	89.360
Operações de crédito	6	100.346	80.214
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	4 e 5	4.925	9.146
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO</b>			
FINANCEIRA		(63.549)	(56.977)
Operações de captação no mercado	10	(43.855)	(43.549)
Operações de venda ou transferência de ativos financeiros	6	(637)	(74)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	(19.057)	(13.354)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>41.722</b>	<b>32.383</b>
<b>OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>		<b>(28.340)</b>	<b>(20.776)</b>
Receitas de tarifas	6	13.581	13.220
Despesas de pessoal		(12.907)	(11.010)
Outras despesas administrativas	13	(21.780)	(19.817)
Despesas tributárias		(4.095)	(3.388)
Resultado de participação em controlada	9	615	240
Outras receitas operacionais		640	11
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>13.382</b>	<b>11.600</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>		<b>15</b>	<b>10</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E DAS PARTICIPAÇÕES NO LUCRO</b>		<b>13.397</b>	<b>11.617</b>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	15	(4.577)	(5.162)
Provisão para imposto de renda		(4.865)	(4.474)
Provisão para contribuição social		(2.987)	(2.718)
Ativo fiscal diferido		3.275	2.030
<b>PARTICIPAÇÕES NO LUCRO</b>		<b>(777)</b>	<b>(537)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE</b>		<b>8.043</b>	<b>5.918</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO - R\$</b>		<b>5,39</b>	<b>3,97</b>

As aplicações interfinanceiras de liquidez estão compostas como segue:

	Consolidado	2015	2014
Posição bancada			
Re vendas a liquidar			
Letra Financeira do Tesouro (LFT)		13.002	-
Letras do Tesouro Nacional (LTN)		3.848	15.240
Notas do Tesouro Nacional (NTN)		26.232	51.234
Subtotal		43.082	66.474
Aplicações em depósitos interfinanceiros		1.269	169
Total		44.351	66.643

Parcela de curto prazo 43.593 66.559  
 Parcela de longo prazo 758 84

**5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**  
 De acordo com a Circular nº. 3.068 do BACEN, Títulos Mantidos até o Vencimento incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo registrados ao custo de aquisição, atualizados *pro rata temporis* em contrapartida ao resultado do exercício. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de venda desses títulos.  
 Em 30 de junho de 2015, o Banco possui somente Letras Financeiras do Tesouro, com rendimento pós-fixado e vencimento de até 3 meses, no montante de R\$ 589 (R\$ 526 em 2014). Os valores estão ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.  
 O valor corresponde a garantia de processo judicial cível (Nota 11.2 b).

**6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
 As informações da carteira de operações de crédito em 30 de junho de 2015 e de 2014 são assim sumariadas:  
 a. Composição da carteira de operações de crédito por modalidade de operação

	Consolidado	
	2015	2014
Setor privado		
Empréstimos	143.100	121.167
Títulos descontados	7.852	5.555
Financiamentos	625.578	532.995
Créditos cedidos	7.191	815
Subtotal	783.721	660.532
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(30.936)	(23.674)
Total	752.785	636.858

Parcela de curto prazo 434.179 356.019  
 Parcela de longo prazo 318.606 280.839

b. Diversificação da carteira por segmento de mercado

	Consolidado			
	2015		2014	
	Valor	%	Valor	%
Setor privado				
Indústria	1.522	0,19	219	0,03
Comércio	30.334	3,87	19.777	2,99
Serviços	75.358	9,62	69.259	10,49
Pessoas físicas	676.507	86,32	571.277	86,49
Total	783.721	100,00	660.532	100,00

c. Diversificação da carteira por vencimento (por parcelas)

	Consolidado			
	2015		2014	
	Valor	%	Valor	%
Vencidas a partir de 15 dias	16.304	2,08	12.244	1,85
A vencer até 3 meses	164.918	21,04	130.087	19,69
A vencer de 3 a 12 meses	275.485	35,15	230.861	34,95
A vencer de 1 a 3 anos	302.274	38,57	261.142	39,54
A vencer de 3 a 5 anos	24.740	3,16	26.198	3,97
Total	783.721	100,00	660.532	100,00

d. Diversificação da carteira por nível de concentração

	Consolidado			
	2015		2014	
	Valor	%	Valor	%
10 maiores clientes	74.773	9,54	51.938	7,86
50 seguintes maiores clientes	22.239	2,84	24.490	3,71
100 seguintes maiores clientes	7.769	0,99	9.437	1,43
Demais clientes	678.940	86,63	574.667	87,00
Total	783.721	100,00	660.532	100,00

O saldo em aberto a valor presente das operações cedidas com retenção substancial de riscos e benefícios em 30 de junho de 2015 é de R\$ 7.191 (R\$ 815 em 2014), com a respectiva obrigação assumida pela cessão destas operações reconhecida na rubrica de "Outras obrigações - Diversas - Obrigações por operações vinculadas a cessão" no montante de R\$ 7.998 (R\$ 919 em 2014), tendo apropriado receitas no montante de R\$ 1.185 (R\$ 156 em 2014) e despesas no montante de R\$ 637 (R\$ 74 em 2014).

**Renegociação:**  
 No semestre findo em 30 de junho de 2015, foram renegociados créditos no montante de R\$ 12.300 (R\$ 10.946 em 2014).  
 As receitas de tarifas, as quais estão substancialmente vinculadas às operações de crédito, tem a seguinte composição:

	Consolidado	
	2015	2014
Tarifa de confecção de cadastro	8.121	7.550
Tarifa de avaliação de bens	5.193	5.368
Outras receitas de tarifas bancárias	267	302
Total	13.581	13.220

**7. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA**  
 A provisão para créditos de liquidação duvidosa apresentou a seguinte movimentação:

	Consolidado	
	2015	2014
(=) Saldo inicial	(25.635)	(22.635)
(+) Constituição	(19.057)	(13.354)
(-) Créditos baixados para prejuízo	13.756	12.315
(=) Saldo final	(30.936)	(23.674)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONGLOMERADO PRUDENCIAL PARA OS SEMESTRES FINOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014			
(Valores expressos em reais)			
	Nota		

**Continuação**

Dados do	2015		2014	
	Renner Promotora	Cristal Promotora	Total	Total
investimento:	299	694	993	468
(=) Saldo inicial.....	216	299	515	240
(+) Equivalência Patrimonial.....	515	993	1.508	708
(=) Saldo Final.....				

No semestre findo em 30 de junho de 2015 as ações judiciais referentes a questões trabalhistas e fiscais da controlada Renner Promotora de Vendas e Serviços Ltda. montam R\$ 685 e R\$ 55, respectivamente, enquanto a controlada Cristal Promotora de Vendas e Serviços Ltda. apresenta questões judiciais trabalhistas no montante de R\$ 197.

Discussões Judiciais	2015		2014	
	Renner Promotora	Cristal Promotora	Total	Total
(=) Saldo inicial.....	760	180	940	927
(+) Constituições (Reversões).....	(18)	35	17	121
(-) Baixas.....	(2)	(18)	(20)	(382)
(=) Saldo Final.....	740	197	937	666

Como consequência do andamento destes processos e para fazer face às prováveis perdas provenientes destes processos as Controladas possuem depósitos judiciais no montante de R\$ 163 (R\$ 239 em 2014).

Depósitos	2015		2014	
	À Vista	Interfinanceiro	À Prazo	Total
Vencimentos Sem	757	-	757	1.566
Até 3 meses	-	1.663	102.835	104.498
De 3 a 12 meses	-	-	351.513	351.513
De 1 a 3 anos	-	-	234.517	234.517
De 3 a 5 anos	-	-	2.772	2.772
Acima de 5 anos	-	-	1.689	1.689
Total	757	1.663	693.326	695.746

Depósitos	2015		2014	
	À Vista	Interfinanceiro	À Prazo	Total
Vencimentos Sem	757	-	757	1.566
Até 3 meses	-	1.663	102.835	104.498
De 3 a 12 meses	-	-	351.513	351.513
De 1 a 3 anos	-	-	234.517	234.517
De 3 a 5 anos	-	-	2.772	2.772
Acima de 5 anos	-	-	1.689	1.689
Total	757	1.663	693.326	695.746

Composição	2015		2014	
	À Vista	Interfinanceiro	À Prazo	Total
Sociedades ligadas	219	-	150.049	150.268
Pessoas físicas	352	-	214.635	214.987
Pessoas jurídicas	186	1.663	328.642	330.491
Total	757	1.663	693.326	695.746

c. Concentração por depositantes

Concentração	2015	2014
10 maiores clientes.....	182.803	144.484
50 seguintes maiores clientes.....	249.783	257.567
100 seguintes maiores clientes.....	106.778	109.373
Demais clientes.....	156.382	108.510
Total.....	695.746	619.934

Composição	2015		2014	
	Depósitos à vista	Depósitos interfinanceiros	Depósitos a prazo pré-fixados	Depósitos a prazo pós-fixados
Depósitos à vista.....	757	1.663	2.344	256.852
Depósitos interfinanceiros.....	-	-	181.355	70.020
Depósitos a prazo pré-fixados.....	-	-	200.430	289.152
Depósitos a prazo pós-fixados.....	-	-	695.746	619.934

Os depósitos a prazo apresentam taxas pré-fixadas que variam de 7,07% a.a. a 16,71% a.a. e taxas pós-fixadas que variam de 100% a 118% da variação do CDI e 118% da variação da SELIC.

Os depósitos a prazo com garantia especial apresentam taxas pós-fixadas que variam de 100% a 118% da variação do CDI.

Os depósitos interfinanceiros apresentam taxas que variam de 13% a.a. a 15,05% a.a.

**11. OUTRAS OBRIGAÇÕES**

11.1. Fiscais e previdenciárias

	Consolidado	
	2015	2014
Provisão para impostos sobre o lucro.....	7.852	7.192
Impostos e contribuições a recolher.....	1.896	1.421
Discussão judicial (a).....	8.441	7.965
Outras discussões judiciais (b).....	912	1.104
Total.....	19.091	17.682

	Consolidado	
	2015	2014
Parcela de curto prazo.....	9.739	8.613
Parcela de longo prazo.....	9.352	9.069

(a) Compreendem obrigações legais que estão sendo questionadas judicialmente, relativos à dedutibilidade de imposto de renda e contribuição social da própria base de cálculo do período de 1998 a 2013, sobre os quais foram efetuados depósitos judiciais (nota nº 8)

(b) Compreendem outras obrigações legais sobre as quais foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 429 (R\$ 396 em 2014).

11.2. Diversas

	2015		2014	
	Obrigações por operações vinculadas a cessão (a)	Obrigações por aquisição de bens e direitos	Provisão para pagamentos a efetuar	Passivos trabalhistas (b)
Obrigações por operações vinculadas a cessão (a).....	7.998	919	2.159	1.977
Obrigações por aquisição de bens e direitos.....	2.223	2.122	6.487	5.592
Provisão para pagamentos a efetuar.....	1.022	1.355	369	512
Passivos trabalhistas (b).....	20.258	12.477	8.590	4.612
Total.....	30.501	15.703	11.668	7.865

1. Refere-se ao saldo de obrigações por operações vinculadas à cessão de crédito firmadas com o cessionário.

(b) Durante o curso normal de seus negócios, o Banco está exposto a certas contingências e riscos. A provisão para riscos é estabelecida por valores atualizados, para questões trabalhistas e cíveis em discussão nas instâncias administrativas e judiciais, com base nas opiniões dos seus consultores jurídicos, para os casos em que a perda é considerada provável. Em 30 de junho de 2015 e de 2014, as contingências para riscos estão relacionadas a processos cíveis e trabalhistas, e estão demonstrados a seguir:

Descrição	2015	2014
Processos cíveis.....	1.022	1.355
Processos trabalhistas.....	6.487	5.592
Total.....	7.509	6.947

Como consequência do andamento destes processos e para fazer face às prováveis perdas provenientes dos processos trabalhistas o Banco possui depósitos judiciais no montante de R\$ 452 (R\$ 270 em 2014).

A movimentação da provisão para riscos no balanço patrimonial e o seu correspondente efeito no resultado do período em 30 de junho de 2015 e de 2014 pode ser assim demonstrada:

Descrição	2015	2014
(=) Saldo inicial.....	6.927	6.929
(+) Constituições.....	1.396	603
(-) Baixas.....	(814)	(585)
(=) Saldo final.....	7.509	6.947

Perdas possíveis

O Banco possui ações de natureza cíveis e trabalhistas envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição a seguir:

Descrição	2015	2014
Processos cíveis.....	294	189
Processos trabalhistas.....	2.472	2.951
Total.....	2.766	3.140

Em 31 de dezembro de 2014, existiam riscos no montante de R\$ 4.500, relacionados a captação de recursos de um cliente, que se encontrava em discussão e que na avaliação dos consultores jurídicos foram classificados como perdas possíveis e, na ocasião não foram divulgadas em notas explicativas.

No decorrer 1º semestre de 2015, com o objetivo de evitar discussão judicial, o Banco tomou a iniciativa e negociou um acordo com este cliente no valor de R\$ 4.200, os quais foram pagos e registrados como despesas operacionais no primeiro semestre de 2015.

O Banco possui ainda ações revisionais de taxas de juros, que estão cobertas pela provisão para créditos de liquidação duvidosa registrada de acordo com a Resolução nº. 2.682 do Conselho Monetário Nacional.

11.3. Sociais e Estatutárias

	2015	2014
Participações nos lucros e resultados a pagar (a).....	1.660	1.202

(a) As participações no resultado dos administradores e colaboradores no resultado estão estipuladas no Estatuto do Banco e são apuradas conforme metodologia específica e observando a convenção coletiva vigente da categoria sindical.

**12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

12.1. Capital social

O capital social do Banco subscrito e totalmente integralizado em 30 de junho de 2015 e de 2014 está representado por 1.492.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido ajustado, consoante a legislação em vigor.

Em 14 de março de 2015, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) aprovou o aumento do capital social do Banco, no montante de R\$ 12.000, sem emissão de novas ações, mediante a incorporação da reserva de lucros. A homologação do aumento de capital pelo Banco Central do Brasil (BACEN) ocorreu em 27 de maio de 2015.

Em 14 de março de 2014, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) aprovou o aumento do capital social do Banco, no montante de R\$ 8.000, sem emissão de novas ações, mediante a incorporação da reserva de lucros. A homologação do aumento de capital pelo Banco Central do Brasil (BACEN) ocorreu em 24 de abril de 2014.

12.2. Reservas

Conforme disposição estatutária, o saldo remanescente do lucro líquido anual do exercício será destinado à constituição de reserva de capital de giro, até o limite de 80% do capital social.

**13. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

	Consolidado	
	2015	2014
Comissões com terceiros.....	7.359	4.935
Comissões com a Renner Promotora.....	2.183	1.967
Comissões com a Cristal Promotora.....	2.820	2.670
Serviços de terceiros.....	3.037	3.154
Processamento de dados.....	2.205	2.139
Serviços técnicos.....	462	645
Transportes e viagens.....	384	458
Sistema financeiro.....	792	699
Comunicação, propaganda e publicidade.....	606	1.460
Indenizações cíveis.....	149	257
Despesas judiciais.....	460	309
Aluguéis e condomínios.....	662	575
Outras.....	670	549
Total.....	21.789	19.817

14. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

No decorrer do 1º semestre de 2015, o Banco registrou em "outras despesas operacionais" o montante de R\$ 4.200, referente a acordo, conforme descrito na nota 11.2 (b).

**15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido com efeito no resultado do período considerando as principais movimentações ocorridas pode ser assim demonstrada:

	Consolidado	
	2015	2014
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social, menos participações.....	12.620	11.080
Imposto de renda à alíquota de 15%.....	(1.893)	(1.662)
Imposto de renda à alíquota de 10%, sobre adicional.....	(1.250)	(1.096)
Contribuição social à alíquota de 15%.....	(1.893)	(1.662)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes.....	(5.036)	(4.420)
Efeito sobre a equivalência patrimonial.....	206	96
Outros.....	253	(838)
Total de imposto de renda e contribuição social.....	(4.577)	(5.162)

**16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

Abaixo abertura dos principais saldos:

	Consolidado	
	2015	2014
Ativo circulante		
Outros créditos - controlada.....	6	6
Passivo circulante e exigível a longo prazo		
Depósitos à vista.....	218	1.372
Pessoas físicas.....	-	5
Administradores.....	-	2
Outras.....	-	3
Pessoas jurídicas.....	218	1.367
Controlada.....	57	179
Controladores diretos e indiretos.....	108	85
Outras.....	53	1.103
Depósitos a prazo.....	150.049	58.933
Pessoas físicas.....	20.933	21.468
Administradores.....	6.190	4.520
Outras.....	14.743	16.948
Pessoas jurídicas.....	129.116	37.466
Controladora direta.....	245	496
Controladores indiretos.....	65.582	3.686
Outras (a).....	63.289	33.284
Outras obrigações - diversas - controlada.....	851	730

Outras despesas administrativas

Despesas de comissões com Investidas Renner Promotora (b) e a Cristal Promotora (c)..... 5.003 4.637

Despesas de captação..... 8.237 13.188

(a) Refere-se aos depósitos a prazo mantidos por pessoas jurídicas relacionadas aos controladores.

(b) Refere-se ao montante de comissões pagas de acordo com o volume de cobranças efetuadas no período.

(c) Refere-se ao montante de comissões pagas de acordo com o volume de operações de crédito captadas no período.

O controle do Banco é exercido pela empresa Renner Participações S.A.

**Remuneração dos administradores**

A remuneração dos administradores totalizou R\$ 1.790 no semestre findo em 30 de junho de 2015 (R\$ 1.288 em 2014).

**17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

A gestão de riscos dos instrumentos financeiros é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme regulamentação do Banco Central do Brasil e as boas práticas internacionais.

A gestão do risco de mercado concentra-se na medição, monitoramento e no controle da exposição do risco das operações incluídas na carteira de não negociação – banking book.

O Banco Renner adota como metodologia para mensurar os riscos de mercado, o VaR da carteira – Rban e os testes de estresse que determinam a sensibilidade do capital do Banco frente aos impactos de movimentos extremos de mercado.

O monitoramento do Risco de Liquidez é realizado por meio do acompanhamento de gaps de fluxo de caixa, onde é feita a comparação entre a carteira ativa e passiva. A política de risco de liquidez define diretrizes para adequação do caixa ao volume de operações do Banco. São realizados testes de aderência para acompanhamento e confronto diário entre os valores programados que constam no Fluxo de Caixa e aqueles que efetivamente foram realizados e testes de estresse que tem como premissas básicas aumento da inadimplência, recompras inesperadas de captação e não renovação das aplicações de CDB.

**Concentração de operações:**

Em 30/06/2015, 15,85% da carteira de operações de crédito do Banco (correspondente a R\$ 124.251) possuía como interveniente, sacado ou conveniado a Rede Record de Televisão ou a IURD, respectivamente 4,23% e 11,63% individualmente.

A concentração das operações está dentro do estabelecido pelo Banco para os intervenientes/sacados – Record ou a IURD. O limite está relacionado ao Patrimônio de Referência (PR) do Banco no valor de R\$ 108.810, sendo:

a) Uma vez o PR para a Record e

b) Duas vezes o PR para a IURD

Demais operações do Banco são pulverizadas.

O teste de estresse da carteira de crédito permite avaliar a resistência da instituição frente ao aumento no risco de crédito. Avalia-se o impacto no patrimônio líquido e na exigência de capital da instituição verificando se a mesma continuaria suficiente capitalizada mesmo após a deterioração da qualidade da carteira, adicionalmente, verifica-se o impacto no resultado líquido. Para o teste de estresse da inadimplência é feito o rebatimento das classificações de crédito de todos os clientes, sendo avaliado o impacto na provisão.

Em 30 de junho de 2015 e de 2014, o Banco A. J. Renner S.A. não contratou operações com instrumentos financeiros derivativos.

**18. OUTRAS INFORMAÇÕES**

18.1. Responsabilidades e compromissos

Em 30 de junho de 2015, o Banco A. J. Renner S.A. apresenta avais e fianças prestados a clientes no montante de R\$ 7.334 (R\$ 5.140 em 2014) sujeitos a encargos financeiros e com garantia dos beneficiários.

Em 2015 e 2014 não houve pagamentos que o Banco teve que honrar oriundos dessas garantias.

DIRETORIA		
Felicitas Renner	Mathias Otto Renner	João Luiz Urbaneja
Diretora	Diretor	Diretor

Mariângela da Rosa F. Paiva	Joelson Barbosa Boeira
Diretora	Diretor

**ÁREA CONTÁBIL**

Vladimir da S. Bicca  
Contador-CRC-RS 063202/O-0  
CPF : 355.890.430-34

Edison O. Dias  
Gerente-CRC-RS 41472  
CPF: 358.440.510-68

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

Aos Administradores e Acionistas do Banco A. J. Renner S.A. Porto Alegre - RS

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco A. J. Renner S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela resolução nº. 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, descritos na nota explicativa nº. 2.

**Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº. 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil – BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº. 2, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos Auditores Independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração do Banco, de acordo com os requisitos da Resolução nº. 4.280 do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Considerações especiais – Auditorias de Demonstrações Contábeis Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais). Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante a independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, acima referidas, apresentam adequada e financeira consolidada do Banco A. J. Renner S.A. em 30 de junho de 2015, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do conglomerado prudencial previstas na Resolução nº. 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº. 2 às referidas demonstrações.

**Ênfase**

**Base para elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial**

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção à nota explicativa nº. 2 para o fato que as referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução nº. 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

**Outros Assuntos**

O Banco elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2015, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 24 de agosto de 2015.

Porto Alegre